

CARTOGRAFIAS DO

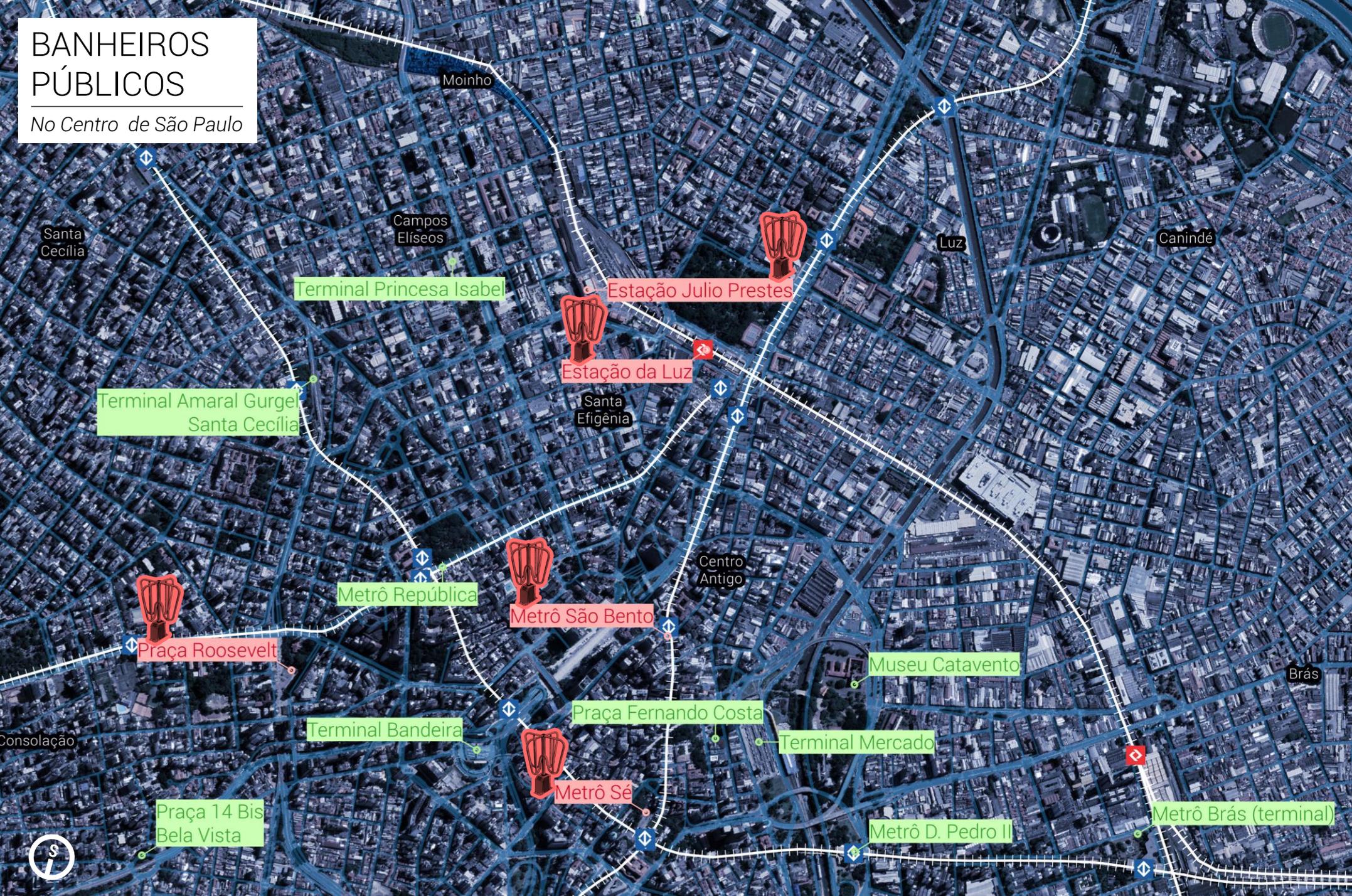
~~ACESSO À ÁGUA~~

Por banheiros, lavanderias e pias públicas
para a população de São Paulo



BANHEIROS PÚBLICOS

No Centro de São Paulo



Acesso livre

Metrô Brás - terminal de ônibus

24 horas

Metrô D. Pedro II

4h40 às 00h

Metrô República

4h40 às 00h

Museu Catavento

qua a dom - 11h às 16h

Praça 14 bis

6h às 20h

Praça Fernando Costa

24 horas

Contribuição voluntária de R\$ 1,50

Terminal Bandeira

24 horas

Terminal Princesa Isabel

04h às 01h30

Terminal Amarel Gurgel

Santa Cecília

24 horas

Terminal Mercado

04h às 00h



Acesso com barreiras

Precisa passar a catraca:

Estação da Luz

Estação Júlio Prestes

Metrô São Bento

Metrô Sé

Só com autorização da PM:

Praça Roosevelt

LAVANDERIAS PÚBLICAS

No Centro de São Paulo



Ação Vidas no Centro

Bebedouros, Pias e Lavagem de roupas

Praça Júlio Prestes
8h às 17h

**Largo Paissandú
(rua boticário)**
8h às 17h

Parque D. Pedro
8h às 17h

Praça da República
8h às 17h

Praça da Sé
8h às 17h

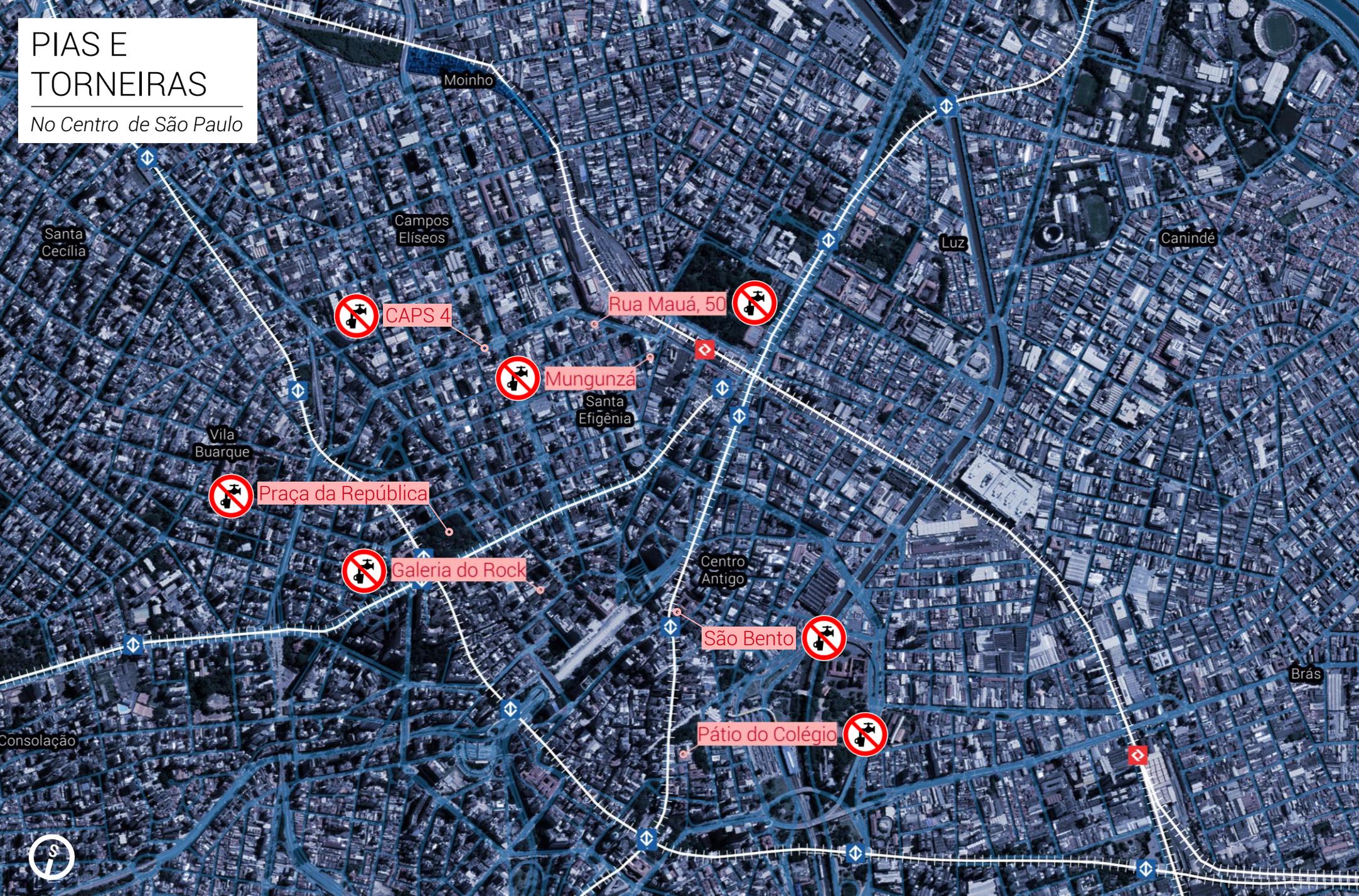
Projeto Lavanderia

Lavagem de roupas

Alameda Cleveland, 733

PIAS E TORNEIRAS

No Centro de São Paulo



 **Água NÃO filtrada**

Mungunzá
(Teatro de Contêiner)
R. dos Gusmões, 43
24 horas

CAPS 4
Em frente a Praça Princesa Isabel
24 horas

Atentar-se à qualidade da água, principalmente pela manhã, pois vem com bastante cloro:

Galeria do Rock
No calçada ao lado da galeria Olido
6h às 00h

Pátio do Colégio
6h às 00h

Rua Mauá, 50
6h às 00h

Praça da República
6h às 00h

São Bento
Na praça em frente ao colégio
6h às 00h

Contexto da pesquisa...

Organizada pelo Centro de Convivência É de Lei, a pesquisa "Cartografias do acesso à Água" faz um levantamento dos banheiros, lavanderias e pias públicas em atividade no centro da cidade de São Paulo. A elaboração dessa pesquisa conta com a parceria do Fórum Aberto Mundaréu da Luz e do Coletivo Paulestinos, no âmbito de ações de proteção e cuidado à população em situação de rua, no contexto da pandemia, que incluem a elaboração de materiais com orientações específicas de prevenção e localização de serviços de assistência.

O primeiro resultado dessa ação conjunta foi o "mapa das bocas de rango", produzido para orientar onde a população poderia encontrar alimentos em um contexto de escassez ampliado pela pandemia. O mapa que se tornou lambe-lambe foi distribuído em diferentes territórios do centro da cidade, ainda em abril de 2020.



FÓRUM ABERTO
Mundaréu da Luz!



Mapa das
Bocas de
Rango
Fonte:
autoras(es)



Acesso à água antes e durante a pandemia

As recomendações de prevenção à COVID-19 têm sido, principalmente: ficar em casa, lavar as mãos e usar máscaras. Todas essas ações, aparentemente simples, se tornam desafios para quem está em situação de rua. Todavia, embora as vulnerabilidades tenham sido ampliadas pela emergência sanitária, as políticas para assistência e proteção a essa população não foram suficientes. Os mapas apresentados aqui expõem essa realidade a partir da perspectiva do acesso à água.

A implementação de pontos de acesso à água potável e banheiros públicos são demandas históricas dos movimentos que representam a população em situação de rua. Mesmo antes da pandemia, a população em situação de rua sofre com a escassez de acesso à água, há décadas que essa população sofre com às condições de higiene e desidratação¹ e são negligenciadas pelas políticas públicas. Às últimas gestões municipais, sem exceções, não

¹ A desvantagem de acesso à água contribui para a desidratação das pessoas em situação de rua. Nosso peso é composto por 70% de água, e nós eliminamos em torno de 2 a 2,5 litros por dia. No entanto, quando eliminamos mais de 5% de água, o organismo já entra em sofrimento. Os principais sintomas de desidratação estão relacionados aos olhos fundos, boca e peles secas, tontura, dor de cabeça, aumento de batimentos cardíacos, queda de pressão arterial, entre outros.

realizaram esforços efetivos² para implementar políticas que garantam essas condições básicas a qualquer ser humano.

Somente após o início da pandemia que verificamos um programa voltado a esse objetivo, em abril de 2020 a prefeitura lança a “Ação Vidas no Centro”, que [previa a implementação de sete espaços](#) destinados a garantir “condições básicas para realizar higiene pessoal aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social na região central da cidade”. Entretanto, apenas cinco desses espaços estão em funcionamento e todos eles são de caráter emergencial e provisório.

Alexandre, morador da região da Luz, é uma das pessoas em situação de rua que depende dessa estrutura para ter acesso à água no dia a dia. Ele nos contou que tais ações são importantes, mas que o tempo de permanência para uso do chuveiro “podia voltar a ser 10 minutos [...] Você entra não dá nem tempo de se ensaboar”..

² Houveram apenas promessas, mas que nunca saíram do papel. A última delas em 2018, quando foi anunciado que [seriam instalados mais de 600 banheiros públicos em parceria com a iniciativa privada](#), um protótipo chegou a ser instalado na Praça Dom José Gaspar, inspirado nos banheiros públicos das grandes metrópoles europeias.

Acesso à água antes e durante a pandemia

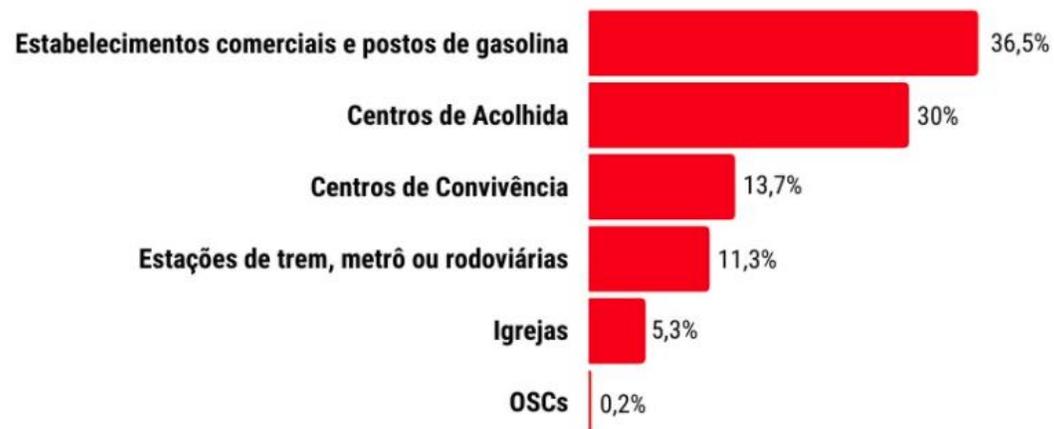
Embora sejam espaços importantes e necessários, estão longe de ser o ideal e suficientes. [O Censo da população em situação de rua](#), realizado em 2019 pela Prefeitura de São Paulo, aponta que 24.344 pessoas vivem em situação de rua na cidade. A grande maioria dessas pessoas está na região central de São Paulo. Somando os distritos da Santa Cecília, República e Sé, são 10.258 pessoas consideradas em situação de rua, quase metade da população total divulgada. Esses números podem ser ainda maiores: o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), estima que são mais de 30 mil pessoas vivendo nas ruas da cidade.

Se já há subnotificação da quantidade de pessoas vivendo em situação de rua, é impossível saber ao certo quantas dessas pessoas morreram no último ano por conta de COVID-19. Não existem dados precisos acerca do número de hospitalizações e óbitos, uma faceta perversa da invisibilização histórica de quem vive nas ruas.

Na contramão disso, a sociedade civil tem se organizado. Em mais de um ano de pandemia, já foram realizadas diversas ações na região do centro de São Paulo, com especial atenção à região da Cracolândia, como distribuição de kits de redução de danos, kits de higiene com máscaras, sabonete e álcool gel, distribuição de marmitas e cestas básicas.

Entretanto, as ações da sociedade civil, embora importantes, não são suficientes para suprir as lacunas existentes. Se faz necessária uma política ampliada de assistência social, vinculada a políticas de moradia, saúde e cultura. Uma rede de banheiros e lavanderias públicas é fundamental para garantir o acesso à água e também o direito (de fato) à cidade. Uma política assim beneficiará não apenas quem está em situação de rua, mas toda a população da cidade de São Paulo que em algum momento necessite de um desses serviços, seja em uma emergência ou de forma regular.

Onde as pessoas em situação de rua acessam água para beber



Onde as pessoas em situação de rua acessam banheiros



Onde as pessoas em situação de rua acessam água para higiene pessoal



Os três gráficos foram produzidos com base no Censo da população em situação de rua (2019). É importante destacar que a maioria das pessoas entrevistadas pelos recenseadores eram usuários dos serviços de acolhida e/ou convivência. Embora sejam espaços importantes - que precisam inclusive ser ampliados e aperfeiçoados -, estão superdimensionados pelos dados da pesquisa. Portanto, a realidade é, muito provavelmente, ainda pior do que os dados retratam. Mesmo assim, já é um absurdo considerar que 14,9% (dados do Censo) dos entrevistados faz suas necessidades nas ruas, em sacos plásticos ou até mesmo em caixas eletrônicas.

Achados de pesquisa | Banheiros Públicos

De acordo com o [relatório do Subcomitê Banheiros Públicos do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua](#), a construção e gestão de banheiros públicos na cidade de São Paulo é uma obrigação da prefeitura desde a instituição da [lei nº 15.918/2013](#).

Contudo, tanto o relatório, quanto os banheiros mapeados pela cartografia do Acesso à Água apontam para a insuficiência dos banheiros disponíveis. Além dos cinco espaços implementados pela prefeitura, mapeamos a existência de apenas mais quinze banheiros. Se considerarmos a soma desses números (ou seja vinte banheiros) apenas pela população em situação de rua na região central, verificamos que para cada banheiro público existente há pelo menos 513 pessoas. Se o cálculo for para toda a população que vive nesses distritos, seriam mais de oito mil para cada banheiro. Um número inaceitável, mas que é ainda pior, pois não leva em conta as barreiras físicas e simbólicas para acessar

boa parte dos banheiros mapeados: parte significativa deles está em locais onde existe algum nível de vigilância e controle que impede o livre acesso de todos e todas.

Segundo Paula, moradora da região da Luz entrevistada pela equipe do Centro de Convivência É de Lei:

“Pra ir no banheiro, a gente vai em outros projetos... às vezes atrás do carro mesmo, porque não tem um lugar pra usar o banheiro.”

Embora todos os banheiros mapeados sejam públicos, nem todos são de livre acesso. A cartografia procurou identificar e separar os banheiros acessíveis dos quais possuem barreiras físicas e/ou simbólicas para utilização. Boa parte dos banheiros mapeados estão localizados no interior de estações de trem ou metrô, sendo necessário passar a catraca para acessá-los, o que impede o livre acesso a toda população.

Achados de pesquisa | Banheiros Públicos

Em alguns casos, banheiros localizados em praças públicas foram apropriados pela polícia militar, como na Praça Roosevelt, onde para acessar o banheiro é necessária autorização do batalhão, e da Praça da República, onde o banheiro foi incorporado pela base militar, não servindo mais a quem frequenta a praça.

Além das barreiras de acesso, é preciso se atentar para os inúmeros relatos de violência à qual a população em situação de rua é submetida, seja pelas polícias ou pelas forças de segurança privadas. Dessa forma, os banheiros públicos podem se tornar mais um espaço de violações de direitos. Por isso, mais do que exigir a implementação desses serviços, é fundamental pensar em um modelo que acolha a população em situação de rua, inclusive envolvendo os próprios sujeitos na gestão, manutenção e zeladoria desses espaços, garantindo inclusive oportunidade de trabalho e renda.

Foto de cartaz em estação da CPTM, que desde 2018 reduziu o horário dos serviços de banheiro público das 22h às 06h.

Foto de Jéssica Marques (2018)



Achados de pesquisa | Lavanderias Públicas

A ação "Vidas no Centro" é uma iniciativa da prefeitura de São Paulo que começou no início de 2020, por conta da pandemia. Nas estruturas, montadas em regiões-chave do centro do município, é possível tomar banho, utilizar pia, banheiro, bebedouro e lavar roupas. Apesar dessa ser uma demanda antiga da população em situação de rua, os espaços são de caráter provisório e serão descontinuados em algum momento.

Uma nova iniciativa importante de mencionar é o Projeto Lavanderia, que tem como objetivo oferecer dignidade e novos acessos por meio da água (com lavanderia e vestiário social), somando serviços de atendimento psicológico, social e jurídico pelo Instituto Ninho Social, para população em situação de rua em um espaço digno e humano.

Experiências como essa demonstram que esses espaços não necessariamente precisam funcionar apenas como serviços, mas como lugares de acolhimento e cuidado. Assim como destacado sobre os banheiros públicos, é fundamental desenhar modelos alternativos para a gestão desses espaços, uma possibilidade é a partir de cooperativas, envolvendo e gerando renda para as pessoas que vivem no entorno desses espaços.



Achados de pesquisa | Pias e torneiras

Algumas pias e torneiras de uso público foram construídas logo no início da pandemia, em grande parte por conta da pressão da sociedade civil, que já demandava historicamente a instalação de bebedouros e pias nas vias públicas da cidade. Segundo a prefeitura de São Paulo, [seriam instaladas 100 pias pela cidade](#). Embora não tenha sido possível averiguar se todas foram de fato construídas, identificamos apenas seis pias instaladas pela prefeitura na região central.

As pias são feitas de concreto e acionadas por meio de um botão lateral, em desconformidade com os protocolos de medida sanitária. Para evitar ao máximo o contato com as mãos, o ideal seria que o acionamento da água ocorresse a partir de um sensor de movimento ou de um pedal. Além disso, com exceção da disponibilização de sabonetes em abrigos públicos e da distribuição de tal insumo feita, por exemplo, pelo Centro de Convivência É de Lei, as pias não dispõem de sabão para lavar as mãos, o que inviabiliza uma higienização efetiva.

Em setembro de 2020, o então prefeito Bruno Covas sancionou a lei nº 17.453, que dispõe sobre obrigatoriedade de oferta gratuita de “água da casa” por estabelecimentos comerciais da cidade. O projeto que deu origem à lei (nº 450/2015) já estava em tramitação há cinco anos, entretanto a lei só entra em vigor a partir de setembro de 2021.

Esta é uma demanda bastante mencionada pelas pessoas em situação de rua. Ângelo nos contou que “difícilmente você vê água no centro de São Paulo. [...] Nos bares, nas padarias, quem é morador de rua tem dificuldade de entrar no bar, porque eles negam água.”. Para além da simples negativa - reiterada por Paula, que disse receber diversas negativas ao pedir em bares e ter de esperar as doações da madrugada que dão água junto às marmitas -, Alexandre nos contou sobre como isso foi intensificado durante a pandemia, pois “a pessoa às vezes não tem nem máscara pra entrar no bar”.



Pias instaladas pela prefeitura nas proximidades da São Bento (dir.) e na Galeria do Rock (esq.). Em funcionamento fica evidente a cor esbranquiçada da água. A foto abaixo mostra as técnicas utilizadas para reduzir danos e consumir a água.

Foto de Ana Luiza Voltolini Uwai (maio, 2021)



Sobre as pias instaladas, é preocupante o fato de que, embora a água não seja filtrada a maioria das pessoas usa as pias para beber água. Durante o mapeamento, pudemos verificar uma notável diferença entre a qualidade da água de cada pia. Conversando com as pessoas na rua, nos foi relatado que a qualidade da água muda de acordo com o horário:

"Na parte da manhã tem muito cloro nessa água. No começo era limpinho, era mais higiênico, hoje em dia não tem mais essa higiene. É muito cloro pra nós tomar, e essa pia vive entupida."

Dessa forma, não é possível afirmar com certeza se essa água é própria para consumo, apesar da população criar suas próprias estratégias para reduzir os possíveis danos, como agitar a garrafa e/ou deixar a água parada por um tempo para decantar.

Considerações finais

Na maior cidade da América Latina é inaceitável que a gestão municipal não supra a demanda de banheiros públicos e acesso à água potável para a população em situação de rua.

Embora as ações emergenciais durante a pandemia tenham sido importantes, estão longe de suprir a crescente demanda. Até mesmo porque, com a crise econômica aprofundada pela pandemia, muitas pessoas - incluindo famílias inteiras despejadas de suas residências - passaram a viver nas ruas.

Antes da pandemia, o censo da população em situação de rua apontava que quase metade das pessoas entrevistadas (46,5%) acessavam água para consumo em estabelecimentos comerciais e postos de gasolina. Entretanto, no mesmo relatório, 15,4% das pessoas relataram sofrer violência por parte de comerciantes. Ainda, 18,9% informaram terem sido impedidos/as de acessar bares, lanchonetes ou restaurantes.



Foto: Rovena Rosa / Agência Brasil

Portanto, fica evidente que o acesso a água para consumo ou para higiene da população que está em situação de rua deve ser objeto de política pública. Além do acesso ao serviço, é fundamental que seja implementada uma política de cuidado e proteção. Para que nesses espaços não se reproduzam as violências cotidianas contra essa população.

Políticas de acesso e cuidado só podem ser formuladas e implementadas com a participação dos seus beneficiários diretos. O horizonte indicado pela pesquisa passa pela implementação de uma rede de serviços públicos com banheiros, lavanderias e acesso à água potável, a partir de modelos de gestão compartilhada e comunitária. Além de usuários dos serviços, essa política tem o potencial de engajar e gerar renda a uma parte da população em situação de rua, respeitando sempre a autonomia individual e coletiva.

Pia instalada na entrada do Teatro de Contêiner, mantido pela Cia Mungunzá de Teatro e outros coletivos que ocupam o espaço localizado entre os bairros da Luz e Santa Efigênia.

Fotos de Átila Fragozo (junho, 2021)



PESQUISA:

Aluízio Marino

Ana Luiza Voltolini Uwai

Cleiton Conceição Ferreira
(Dentinho)

Maria Angélica de Castro Comis

CARTOGRAFIAS:

Aluízio Marino

REALIZAÇÃO:

Centro de Convivência é de Lei

EM PARCERIA COM:

Fórum Aberto Mundaréu da Luz

Coletivo Paulestinos

FONTE DE DADOS:

Comitê Intersetorial da Política
Municipal para a População em
Situação de Rua- Subcomitê
Banheiros Públicos ([link](#))

Centro de Convivência É de Lei
Metrô-SP ([link](#))

SPTtrans (via [e-sic](#))

Base de dados completa ([link](#))



FÓRUM ABERTO
Mundaréu da Luz!

